



Problemática Arquivística ■

Um dos grandes problemas, em matéria de arquivo, nas Organizações contemporâneas deve-se ao crescimento exponencial da documentação, em acumulação permanente, associado à falta de estruturas dignas de arquivo, bem como à inexistência de procedimentos adequados e sistemáticos de gestão de documentos juntos dos Serviços produtores.

Este foi o cenário encontrado na Secretaria-Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho: grande volume de documentação precariamente instalada e dificilmente gerível, porque dispersa em vários depósitos de arquivo. Consciente, desde logo, do grande desafio que se lhe impunha a SG do MSST, desde a sua gestão de topo até aos dirigentes intermédios responsáveis pela área do arquivo, compreendeu e assumiu o papel do Arquivo como uma função relevante e estratégica no contexto organizacional e, imbuída de uma nova filosofia, decidiu implementar uma gestão integrada de arquivos. A sua acção tem-se pautado, essencialmente, em quatro grandes vertentes:

1. Elaboração de instrumentos técnico-normativos, designadamente o Regulamento Arquivístico da SG do MSST, aprovado pela Portaria n.º 763/2003, de 9 de Agosto e o Guia de Procedimentos de Arquivo e Plano de Classificação da SG do MSST, em fase de ultimização;

2. Criação de infraestruturas físicas de arquivo, como sejam, o Arquivo Intermédio e o Arquivo Definitivo da

SG do MSST, sitos ao Largo da Luz, n.º 1, Lisboa, com o telefone n.º 217113157, que se destinam à guarda e conservação da sua documentação em fase semi-activa e inactiva, bem como da dos Gabinetes Ministeriais das áreas do trabalho e da segurança social e das estruturas deles dependentes;

3. Forte aposta na valorização profissional dos elementos afectos à área do arquivo, nomeadamente de três Assistentes Administrativas que estão a frequentar o Curso de Técnicos Profissionais de Arquivo;

4. Avaliação da diversa documentação deste Ministério acumulada ao longo dos últimos 50 anos e à guarda da SG do MSST.

Porque o caminho se percorre caminhando e cientes de que a meta está, ainda, longe no que diz respeito à selecção, avaliação e eliminação de documentos, não se pode, porém, deixar de salientar que, com a implementação de uma verdadeira gestão integrada de arquivo já em curso neste Organismo, se está a conferir estatuto, dignidade e credibilidade aos vários níveis dos Arquivos da SG do MSST (Corrente, Intermédio e Definitivo), convertendo-os em óptimos recursos informacionais, fontes de conhecimento e por isso, geradores de benefícios, quer para os próprios Serviços, quer para a sociedade da informação.

Ângela Lobato

Chefe de Divisão
Secretaria-Geral do MSST



Neste número

- 01 · [Problemática Arquivística](#)
- 02 · [Nova Direcção do IAN/TT](#)
- 02 · [Setúbal](#)
- 02 · [Castelo Branco](#)
- 03 · [Lisboa](#)
- 04 · [Ponte de Lima](#)
- 04 · [Vila Real de Santo António](#)
- 04 · [Candidaturas 2003](#)
- 05 · [A Biblioteca da Torre do Tombo](#)
- 06 · [Reinício do Projecto Reencontro](#)
- 07 · [A História Luso-Brasileira Online](#)
- 08 · [Arquivo da Casa Real – Constituição e Percurso](#)
- 09 · [Documentos em Chinês](#)
- 10 · [Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria](#)
- 10 · [Associação dos Amigos da Torre do Tombo](#)
- 11 · [Palestra](#)
- 11 · [Visitas ao IAN/TT](#)
- 11 · [Arquivo da Inspeção aos Organismos Corporativos](#)
- 11 · [Legislação](#)
- 12 · [Protocolo IAN/TT – FLAD](#)
- 12 · [Visitas Oficiais](#)

Nova Direcção do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo ■

A 1 de Fevereiro de 2004 entrou em funções a nova Direcção do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, constituída pelo Professor Doutor Pedro Dias, Professor Catedrático do Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o cargo de Director-Geral; pela Dr.ª Maria do Carmo Jasmim Pereira

Dias Farinha, Subdirectora-Geral, arquivista do quadro do IAN/TT, e que desempenhava funções de Directora de Serviços; e pelo Dr. José Maria Salgado, igualmente do quadro do IAN/TT, e que manteve as funções de Subdirector-Geral, que já desempenhava na anterior Direcção.

Cessaram funções, no fim do triénio da Comissão de Serviço,

a Senhora Professora Doutora Miriam Halpern Pereira, Professora Catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Directora-Geral; e o Subdirector-Geral Professor Doutor José Vicente Serrão, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. ■

ARQUIVOS DISTRITAIS

setúbal

Apoio Técnico a Entidades do Distrito ■

O Arquivo Distrital de Setúbal tem prestado apoio técnico a diversas entidades do distrito, designadamente ao Governo Civil de Setúbal, às Associações Recreativas e Desportivas, ao CAE – Coordenação da Área Educativa da Península de Setúbal, assim como às Câmaras Municipais de Alcácer do Sal, Alcochete, Barreiro, Grândola, Moita, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Setúbal e Sesimbra.

Neste contexto, foi feito o levantamento e descrição sumária da documentação existente no arquivo do Governo Civil de Setúbal, tendo em vista a incorporação da sua documentação histórica neste Arquivo Distrital

e, seguidamente, deu-se início à elaboração de um Plano de Classificação a aplicar no arquivo corrente, de modo a melhor implementar a aplicação da Portaria que regula a gestão de documentos nos Governos Cívicos.

O Arquivo Distrital de Setúbal tem em marcha uma iniciativa visando o apoio técnico às Associações Recreativas e Desportivas do distrito, tendo como objectivo o levantamento, a salvaguarda, a descrição e, sempre que possível, o depósito ou a incorporação dos respectivos espólios neste Serviço. Para o efeito solicitou às Autarquias que enviassem a listagem das referidas associações e, neste sentido, já se deu início a con-

tactos com a associação denominada “A Imparcial Futebol Club”.

Foi recentemente incorporado parte do acervo documental do CAE e prevê-se para breve a sua comunicação ao público, dado que decorre a respectiva inventariação.

Ainda no âmbito do apoio técnico, tem-se estado a proceder ao levantamento e descrição do espólio documental existente no arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, tendo em vista o depósito da sua documentação histórica neste Arquivo Distrital.

A Directora

Rosa Bela de Azevedo

castelo branco

Incorporações ■

Foi recentemente disponibilizada para consulta a seguinte documentação, proveniente de diversas incorporações:

- Cartório Notarial da Covilhã, datas extremas 1923-1973;

- Cartório Notarial de Castelo Branco, datas extremas 1922-1971;
- Cartório Notarial do Fundão, datas extremas 1859-1996
- Fundo Notarial do Fundão, datas extremas 1859-1996;

- Fundo Notarial de Alpedrinha (extinto), datas extremas 1869-1956;
- Fundo Notarial de Castelo Novo (extinto), datas extremas 1829-1835;
- Fundo de Silvares-Barroca (extinto), datas extremas 1897-1898. ■

Incorporações ■

Foram recentemente incorporados no Arquivo Distrital de Lisboa os seguintes documentos:

judiciais

- **Tribunal da Boa-Hora** (Fundo Cível Antigo de Lisboa),
Proveniência: 2.^a vara, 1.^a secção; 3.^a vara, 1.^a secção; 3.^a vara, 2.^a secção (ex 1.^o juízo, 4.^a secção); 3.^a vara, 3.^a secção; 3.^a vara, 4.^a secção; 4.^a vara, 3.^a secção; 4.^a vara, 4.^a secção; 5.^a vara, 4.^a secção; 8.^a vara, 1.^a secção; 2.^o juízo, 2.^a secção (ex 6.^a vara 2.^a secção); 4.^o juízo, 1.^a secção (ex 8.^a vara, 1.^a secção); 6.^o juízo, 1.^a secção; 7.^o juízo, 3.^a secção (ex 6.^a vara 4.^a secção); datas extremas 1841-1979.
- **Tribunal de Comarca de Família e de Menores de Vila Franca de Xira:**
Processos cíveis (inventários obrigatórios), datas extremas 1838-1978.

notariais:

- **6.^o Cartório Notarial de Lisboa**, datas extremas 1874-1996.
- **13.^o Cartório Notarial de Lisboa**, datas extremas 1832-1985.

paroquiais:

- **3.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa**

Registo Paroquial:

- Concelho de Lisboa (livros originais), datas extremas 1899-1903.
- Concelho de Lisboa (livros duplicados), datas extremas 1899-1903.
- Concelho de Alenquer (livros duplicados), datas extremas 1842-1903.

Registo Civil:

- 4.^a Conservatória Registo Civil de Lisboa (extractos), datas extremas 1911-1978.



Sinais de Tabelião (séc. XIX)

- Conservatória do Registo Civil de Alenquer (extractos), datas extremas 1911-1977.
- Administração (extractos), datas extremas 1879-1903.
- **5.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa.**
Registo Paroquial:
 - Concelho de Lisboa (livros originais), datas extremas 1883-1901.
 - Concelho de Lisboa e Sintra (livros duplicados), datas extremas 1900-1901.
- **9.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa**
Registo Paroquial:
 - 9.^a Conservatória do Registo de Lisboa (livros originais), datas extremas 1898-1902.*Registo Civil:*
 - 10.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa (extractos), datas extremas 1962-1978.
 - Cascais (extractos), datas extremas 1911-1973.
 - Lourinhã (extractos), datas extremas 1911-1961. ■

Arquivo Municipal de Ponte de Lima ■

Largo Dr. António de Magalhães
4990-056 Ponte de Lima
Tel. 258900425 | Fax. 258 900410
Email: geral@cm-pontedelima.pt
Horário: 2.ª a 6.ª das 9-12h30
e das 14-17,30h

No âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, obteve esta Câmara Municipal apoio financeiro para a criação do seu Arquivo Municipal, cuja inauguração, pelo Exm.º Sr. Ministro da Cultura Dr. Pedro Roseta, ocorreu no passado dia 4 de Março de 2004 – Dia de Ponte de Lima (879 anos do Foral de D. Teresa).

A adaptação da denominada *Casa do Calvário* a Arquivo Municipal possibilitou reunir em edifício próprio toda a documentação que até então se encontrava dispersa por

vários locais da vila, permitindo assim dar resposta à preocupação da edilidade de salvaguardar o património arquivístico existente no concelho e garantir o direito de acesso ao arquivo e registos administrativos que nos termos da lei compete assegurar.

O Arquivo, cuja área total é de cerca de 1 113 m², é composto por: recepção, sala de leitura com capacidade para 11 lugares e uma biblioteca de apoio à investigação, 3 gabinetes técnicos, sala de reuniões, sala de quarentena, sala de limpeza e higienização, laboratório de conservação e restauro, casa forte, 1 depósito para microfílm e mais 8 depósitos com capacidade para cerca de 2 000 metros lineares de documentação.

Do valiosíssimo espólio documental que constitui o Arquivo Municipal de Ponte de Lima, merecem especial referência: os livros de vereações, os livros de registo (dos quais se destacam os conhecidos livros de “correias”), estatutos de diversas confrarias e irmandades, livros de testamentos, legados pios, uma colecção de 75 pergaminhos (1326-1634), uma colecção de cartas régias e sentenças (1399-1724), 3 forais em pergaminho - de Ponte de Lima (1511), de Souto de Rebordões (1514) e de S. Martinho da Gândara e Beiral (1515) – e dois traslados, em papel, dos forais de Santo Estêvão da Facha (1777) e de Souto de Rebordões (1792).

Cristiana Freitas
Técnica Superior
de Arquivo



Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António ■

Av. da República, Torreão Sul,
8900 - Vila Real de Santo António,
tel. 281510263, fax 21510261,
E-mail: arquivomunicipal@cm-vrsa.pt
Responsável: Dr.ª Madalena Guerreiro.

Com o apoio do IAN/TT, foram inauguradas no dia 20 de Fevereiro as novas instalações do Arquivo Municipal de Vila Real de Santo António, dando-se cumprimento ao Acordo de Colaboração celebrado com a respectiva Autarquia, no âmbito do PARAM. :

Candidaturas 2003 ■

Quarenta Câmaras Municipais apresentaram, em 2003, candidaturas ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

Está em curso o processo de avaliação das mesmas candidaturas. :



A Biblioteca da Torre do Tombo ■

A Biblioteca da Torre do Tombo tem origem na denominada “Livreria”, que surge em 1834 como consequência da extinção das ordens religiosas. Nesta altura as livrerias dos antigos conventos são integradas na Torre do Tombo, e em 1836 é oficializada a Biblioteca do Arquivo Nacional através da Portaria de 5 de Outubro publicada no Diário do Governo n.º 237 de 6 de Outubro de 1836. Para além das livrerias dos conventos das quais sobressai uma importante colecção de manuscritos que passaram a ser denominados “manuscritos da livreria”, a “livreria especial” da Torre do Tombo passa a integrar, ainda de acordo com a referida Portaria, uma colecção de “crónicas e demais livros de história do Reino” e outra de livros de Diplomática. É no entanto com a nomeação do Dr. António Nunes de Carvalho como guardador da Torre do Tombo que a livreria ganha uma nova dimensão, ao serem então adicionadas às colecções originais inúmeras obras de apoio à investigação histórica, nomeadamente de Religião, História, Legislação e Genealogia. Posteriormente, algumas dessas colecções foram retiradas da biblioteca e passaram a integrar fundos arquivísticos; e algumas obras antigas foram, ainda recentemente, transferidas para o acervo da Biblioteca Nacional.

Durante um longo período, a biblioteca teve um papel relativamente passivo face aos técnicos e investigadores do Arquivo. A sua vocação actual é relativamente recente e resulta em grande parte das necessidades de informação dos utilizadores, tendo sido para isso organizada uma colecção de obras de arquivística, efectuando-se ao mesmo tempo uma divulgação selectiva e um tratamento adequado do seu acervo.

O espólio que a biblioteca reuniu ao longo dos anos é vasto e de uma enorme importância para os técnicos e leitores do Arquivo. As principais colecções de documentação que incluem este espólio são:

- Série Preta, composta por Livro Antigo e outras obras raras, onde se encontram a maioria das obras que integravam a “livreria” original;
- Série Vermelha, que compreende toda a colecção monográfica corrente. Possui cerca de 12 000 monografias;
- Publicações Periódicas, colecção que compreende revistas e jornais correntes nas áreas da História e da Arquivística, fundamentais à investigação e estudo destes temas. Inclui também periódicos antigos, provenientes de outras bibliotecas. Regularmente, são elaborados análises de artigos das revistas de Arquivística e divulgados aos técnicos do Arquivo via correio electrónico;
- Colecção de legislação, da qual fazem parte a legislação portuguesa desde 1800 até aos nossos dias. Um importante trabalho de leitura selectiva e disseminação da legislação considerada relevante é efectuado por uma das técnicas da biblioteca;
- Catálogos de exposições, leilões e comerciais;
- Colecção de CD ROM relativa a fontes históricas, nomeadamente dos países ibero-americanos;
- Biblioteca de Apoio, situada no Serviço de Referência. Esta biblioteca compreende obras de referência e de apoio à investigação histórica e arquivística e dela fazem parte monografias, publicações periódicas, catálogos de exposições e legislação corrente. Esta secção, em constante actualização, é caracterizada pelo seu forte dinamismo face às necessidades mais imediatas dos utilizadores e técnicos do Arquivo.

A maioria do espólio tem origem num sistema de doações, permutas entre instituições e em material proveniente da integração de fundos de outras instituições. Este facto é ilustrado pela integração da biblioteca do ex-Ministério das Finanças, do ex-IPA, da Biblioteca Canedo e da biblioteca doada pelo Conde da Covilhã.

As obras são catalogadas e indexadas na PORBASE 5, classificadas de acordo com o sistema CDU e indexadas de acordo com os descritores da mesma CDU. Na biblioteca de apoio a arrumação é temática e a consulta de livre acesso; no depósito as obras são arrumadas por ordem de número de registo. Nos escaparates da biblioteca de apoio são colocadas as últimas aquisições de monografias e publicações periódicas.

Projectos em curso incluem a conversão retrospectiva da “Série Vermelha” e a catalogação na PORBASE 5 do Livro Antigo (Série Preta). Para o efeito, foi elaborado um Protocolo com a Biblioteca Nacional que permite a pesquisa e importação de registos da BN para a base de dados interna PORBASE 5.

O envio de registos da PORBASE 5 para a Biblioteca Nacional para posterior integração na rede nacional terá início depois do Verão de 2004. Esperamos com este procedimento dar visibilidade ao importante espólio que a Biblioteca do IAN/TT encerra, de forma a irmos de encontro ao objectivo primordial que é o da prestação de um serviço público de qualidade em relação aos utilizadores.

Maria Leonor Carneiro

Técnica Superior de Biblioteca e Documentação

Reinício do Projecto Reencontro ■

O despacho conjunto n.º 169/2004 estabeleceu condições determinantes para o reinício do Projecto Reencontro.

Nesse sentido, decorreram no Brasil, de 15 a 19 de Março, várias reuniões com as Instituições envolvidas. Participaram, por Portugal, o Director do IAN/TT e actual Coordenador da Secção Portuguesa da Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental (COLUSO), Prof. Doutor Pedro Dias, e as técnicas superiores de arquivo do IAN/TT, Dr.ª Maria de Lurdes Henriques e Dr.ª Ana Cannas.

Foram interlocutores, pela parte brasileira, o director do Arquivo Nacional do Brasil e Coordenador da Secção Brasileira da COLUSO, Prof. Doutor Jaime Antunes, responsáveis de vários serviços e projectos do mesmo Arquivo, a Coordenadora Técnica do Projecto Resgate, Prof.ª Doutora Esther Bertolotti, e o respectivo Cônsul, Dr. Paulo Teles da Gama.

O AN do Brasil e o IAN/TT acordaram na celebração, a curto prazo, de um Protocolo/Termo de Cooperação Técnica, para organização e controlo de acervos históricos de interesse comum.

Ambas as instituições concordaram que, no âmbito deste protocolo, se irão desenvolver, a partir de Junho de 2004, no AN do Brasil, o Projecto Negócios de Portugal e o Projecto Gabinete de D. João VI.

O Projecto Negócios de Portugal consiste essencialmente na organização e descrição dos documentos avulsos instalados em cerca de 250 caixas, da colecção com o mesmo nome, com vista à respectiva microfilmagem, eventualmente selectiva.



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

D. João VI

Esta colecção integra sobretudo documentos produzidos no âmbito da actividade das três Secretarias de Estado (Negócios do Brasil/Reino e da Fazenda, Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Negócios Estrangeiros e da Guerra) (re)criadas no Rio de Janeiro após a transferência da sede da Monarquia Portuguesa, de Lisboa para esta cidade brasileira, em 1808. Inclui, igualmente, diversos documentos que pertenciam aos arquivos das Secretarias de Estado e ao chamado gabinete do rei, anteriores a 1808. A esta colecção foram agregados ao longo do séc. XIX alguns documentos relacionados com Portugal mas de data posterior à independência do Brasil.

Os documentos dos Negócios de Portugal complementam fundos de arquivo existentes em vários arquivos portugueses, nomeadamente a Torre do Tombo, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo da Marinha e o Arquivo Histórico Militar. Além disso, a colecção possui documentos de especial valor arquivístico, na medida em que a sua informação não foi registada noutra tipo de documentos, caso

de pareceres do Conselho de Estado anteriores à Invasão Portugal por Junot em Novembro de 1807. Finalmente, nela se encontram diversos documentos relacionados com áreas de presença ou de influência portuguesa no mundo devido ao facto dos “Negócios Ultramarinos” terem sido conduzidos a partir do Rio de Janeiro entre 1808 e 1821. Referimo-nos, em especial, à costa ocidental africana, dados os elos existentes entre esta área e o Brasil, e ainda às possessões no Índico e até a Macau.

Do Projecto Negócios de Portugal, que tem a duração previsível de dois anos e meio, resultará ainda um instrumento de descrição dos documentos, em moldes compatíveis com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, em suporte electrónico, num formato aberto que permita a migração de dados e a disponibilização online, também em Portugal, bem como outro instrumento em suporte papel.

Finalmente, o IAN/TT receberá uma cópia¹ dos microfilmes a executar pelo AN do Brasil.

Para a concretização do Projecto será constituída uma equipa, financiada por Portugal, de dois arquivistas portugueses escolhidos pelo IAN/TT e de três especialistas brasileiros seleccionados pelo AN do Brasil. O AN do Brasil disponibilizará um espaço físico adequado, específico para o Projecto, com os materiais de consumo necessários para o trabalho de organização da colecção e com os requisitos indispensáveis à utilização de equipamento informático.

O Projecto Gabinete de D. João VI assenta, fundamentalmente, na

microfilmagem integral de cerca de um milhar de documentos do designado Gabinete de D. João VI, que reverterá numa cópia para o IAN/TT.

O Gabinete de D. João VI integra documentos diversos, datados entre 1808 e 1827, que fizeram parte do Gabinete do Rei (Príncipe Regente D. João, rei D. João VI). Inclui documentos que iam ao conhecimento e a despacho do monarca, provenientes das Secretarias de Estado, sobretudo dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e de outros organismos e que, pela funcionalidade ou pelo carácter sigiloso que detinham, estavam guardados num gabinete perto do monarca. Entre outros, integra documentos relativos às negociações que antecederam o reconhecimento do Brasil por Portugal, em particular à missão Rio Maior, junto de D. Pedro.

A documentação do Gabinete D. João VI, até pelas proveniências diversas que tem, complementa fundos de arquivo ou colecções existentes em várias instituições portuguesas, como a Torre do Tombo, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo da Marinha, Arquivo Histórico Militar, Biblioteca Nacional e a Biblioteca da Ajuda.

O Projecto pressupõe a preparação da documentação para essa

finalidade: listagem dos sumários dos documentos cuja descrição não foi seleccionada para o Catálogo publicado por Marco Carneiro de Mendonça que foi detentor desta colecção; verificação das cotas e do estado de conservação, foliação. Poderá ser considerada a reedição do Catálogo mencionado e a publicação do respectivo aditamento.

Estas tarefas serão asseguradas pelo Arquivo Nacional do Brasil com a colaboração de técnicos portugueses. O prazo para este projecto não ficou fixado, mas a duração previsível, com os recursos do próprio AN, é de seis meses a um ano.

Refira-se ainda que o Arquivo Nacional do Brasil detém outros fundos que compreendem documenta-

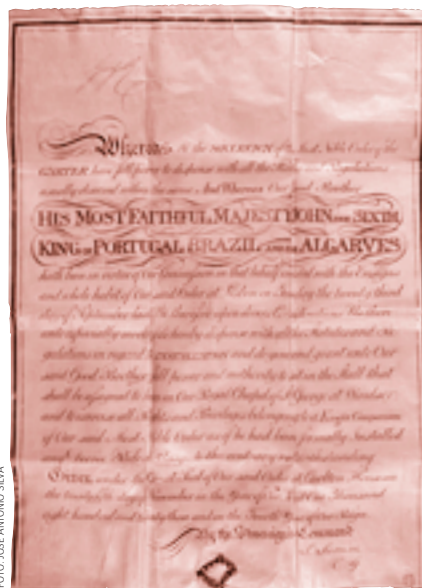


FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA

Diploma da Ordem da Jarreteira concedida a D. João VI, 1823

ção produzida, entre 1808 e 1821/1825, por outros organismos da administração central portuguesa sediada no Rio de Janeiro. Alguns deles tinham funções de administração colonial ou abarcavam actividades relacionadas com as possessões portuguesas: caso do Desembargo do Paço que herdou algumas das funções do Conselho Ultramarino, extinto entretanto, ou da Junta do Comércio.

O Projecto Reencontro, no qual estes projectos se inserem assume, por tudo isto, uma dimensão que vai ultrapassando a relação bilateral entre Portugal e o Brasil e que se estende à presença portuguesa no Mundo, nomeadamente aos países da CPLP.

É neste contexto que a coordenação da Secção Portuguesa da COLUSO, assumida pelo IAN/TT, entende a utilidade da transferência para microfilmes de documentação em instituições estrangeiras, relativa ao espaço português, nas várias dimensões que foi conhecendo, incluindo a dimensão ultramarina. É igualmente natural e necessário a constituição de uma base nacional respeitante aos microfilmes disponíveis de documentos sobre Portugal e os países que tiveram administração portuguesa.

(1) De 2.ª geração e em saís de prata, características que se manterão em todos os microfilmes a receber por Portugal. ■

A História Luso-Brasileira Online ■

Foi inaugurado um novo *site* desenvolvido pelo Arquivo Nacional do Brasil.

Trata-se de uma iniciativa desta Instituição para a difusão do acervo, das publicações e dos eventos promovidos. Abrangendo diversas linhas de pesquisa e áreas do conhecimento é, também, um espaço dedicado à divulgação de lançamentos editoriais, congressos e seminá-

rios, projectos e actividades académicas. O *site* tem como patrocinadores a Fundação Vitae, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Programa ADAI.

Pode ser consultado em:

<http://www.arquivonacional.gov.br/historiacolonial>.

Para mais informações contactar:

colonia@arquivonacional.gov.br. ■

Arquivo da Casa Real – Constituição e Percurso ■

Casa Real – expressão de múltiplo sentido que tanto se refere à família real reinante, como ao local físico onde se alojava o rei, como ainda a todo um conjunto de funcionários – servidores do rei e da sua família mais directa – que participavam na administração e funcionamento da referida casa.

O fundo documental, designado por Arquivo da Casa Real (ACR), que actualmente se encontra na Torre do Tombo é constituído por cerca de 8500 unidades de instalação com um âmbito cronológico que se situa entre 1611 e 1911, predominantemente a partir de 1750.

A sua constituição resultou, por um lado, da produção documental das diversas repartições administrativas que compunham a Casa Real (CR) e, por outro, pela documentação acumulada pela família real, formando uma colecção genericamente conhecida por *Cartório da Casa Real – documentos de carácter reservado* (c. de 1821 a 1910). Este conjunto documental é composto fundamentalmente por correspondência – trocada entre os diversos membros da família real portuguesa, entre estes e as famílias reais estrangeiras e, ainda, com inúmeras individualidades da cena política, militar, cultural e eclesiástica nacional e internacional – e por outro tipo de documentos como ementas, programas de espectáculos musicais e outros eventos culturais, telegramas, postais, fotografias, autos de nascimento, títulos de partilha, desenhos, esboços, apontamentos pessoais, petições, entre outros. O fundo contém também documentação relativa à Repartição das Equipagens Reais (antiga repartição das Reais Cavalariças), à

Administração da Casa da rainha D. Maria Pia, à Administração da Casa do infante D. Augusto, e ainda cerca de 430 plantas, mapas e outros desenhos e diplomas relativos, na maior parte dos casos, aos almoxarifados da Casa Real (Ajuda, Alfeite, Belém, Bemposta, Cascais, Caxias, Mafra, Necessidades e Quinta do Calvário).

Tanto quanto se sabe, grande parte da documentação deste arquivo, nomeadamente a relativa à Administração da Fazenda da Casa Real – uma das principais repartições administrativas da referida casa e com maior expressão a nível documental – esteve em instalação própria na Rua das Necessidades n.º 17, na chamada Correnteza das Necessidades, tendo sido depois transferida para umas dependências do próprio Palácio.

A 5 de Dezembro de 1914, Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy, director-geral da Fazenda Pública, apresentou uma proposta para que a extinta Capela de São Brás, depois conhecida como depósito de Santa Luzia, fosse aproveitada para albergar documentação do Arquivo da Direcção-Geral da Fazenda Pública, o que acabou por se verificar com o acervo documental da extinta Casa Real.

Pelo Decreto-lei n.º 28.187 de 17 de Novembro de 1937, foi reorganizado

o Arquivo da Direcção-Geral da Fazenda Pública, que passou a denominar-se Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (AHMF), ficando os respectivos fundos documentais divididos em três secções, cabendo à 2.ª secção a documentação do Arquivo da extinta Casa

Real, a qual voltou a conhecer novas acomodações, no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, instalado no extinto convento de Santa Joana, sito na Rua de Santa Marta, n.º 61-e, em Lisboa.

Com a extinção do AHMF, pelo Decreto-Lei n.º 106-g/92 de 1 de Junho, o ACR foi integrado na Torre do Tombo, juntando-se a um outro conjunto documental do acr incorporado na Torre do Tombo desde 1912: a Mordomia-mor da Casa Real e o Cartório da Nobreza.

A partir destas brevíssimas notas esperamos ter levantado a ponta do véu de um fundo documental que não possui restrições de consulta (salvo as decorrentes do estado de conservação) e que encerra um conteúdo informativo com potencial para investigadores, estudantes e demais utilizadores interessados por esta área da cultura, realizarem um sem número de trabalhos susceptíveis das abordagens mais diversas.

Catarina Ferreira Guimarães
Técnica Superior de Arquivo



Documentos em Chinês ■

Existe na Torre do Tombo uma documentação designada por ‘Documentos em chinês’, também conhecida por ‘Chapas Sínicas’. Trata-se de um fundo documental proveniente da Procuratura dos Negócios Sínicos, cuja história administrativa se pode resumir nas seguintes linhas. O Senado da Câmara de Macau foi criado em 1583 com a constituição inicial de três vereadores, dois juizes ordinários e, hierarquicamente superior, o procurador. A este competia ser o interlocutor e representar os interesses portugueses nas relações diplomáticas com as autoridades chinesas, e ao longo do tempo foi ganhando poderes administrativos, judiciais e diplomáticos. Por Decreto de 20 de Agosto de 1847 a Procuratura do Senado passou a estar na dependência da Secretaria do Governo de Macau, passando o procurador a depender hierarquicamente do Governador. Recebeu regulamento próprio em 1852. Por Decreto de 5 de Julho de 1865, o cargo de procurador passou a ser de nomeação régia mediante proposta do governador, com a designação de Procuratura dos Negócios Sínicos. Foi objecto de mais dois textos regulamentares datados de 20 de Dezembro de 1877 e 22 de Dezembro de 1881. A Procuratura foi abolida a 20 de Fevereiro de 1894 pelo Regimento de Administração da Justiça nas Províncias Ultramarinas.

Infelizmente, desconhece-se a história custodial e arquivística desta documentação. No entanto é apontada, por Isaú Santos, a hipótese de ter sido custodiada pelo Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, o que não foi possível confirmar.

A documentação é formada por duas partes. Na primeira, encontram-se os documentos escritos em caracteres chineses, as chamadas ‘chapas sínicas’,



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

Ajuste feito pelo carpinteiro Bexiga Assem ao (Procurador) António Vicente Rosa relativo a várias obras de reparação como consta na folha de orçamento junto. 1797, Setembro, 16. 237x420mm. PT/TT/Documentos em chinês/Chapas sínicas/1426.

que consistem na correspondência oficial das autoridades chinesas enviadas às autoridades portuguesas sediadas em Macau. O nome de chapas advém da tradição portuguesa de assim se referir aos documentos em chinês, e que poderá estar associada ao facto de a correspondência e documentação oficial ser enviada dentro de um invólucro de protecção, ou ainda porque, inicialmente, as autoridades sínicas terem enviado documentação impressa em folha de ouro (10 maços com cerca de 1480 documentos e 3 macetes de fragmentos, datados de 1693, 1703, 1741 a 1851, 1872 e 1886). Na segunda parte encontram-se as versões portuguesas dessas chapas, também designada ‘chapas sínicas em português’, ou seja, as traduções coevas realizadas para as autoridades portuguesas e as minutas da correspondência enviada pelo Leal Senado de Macau através do seu Procurador às autoridades chinesas (5 livros e 4 maços datados de 1749 a 1836).

Os assuntos e temas são referentes aos mais diversos aspectos das relações entre as autoridades portuguesas e as chinesas, e os mais recorrentes são: as questões de justiça e de jurisdição

(aplicação da justiça chinesa em Macau, jurisdição sobre os estrangeiros de Macau, casos legais e de ordem pública), os assuntos económicos e de comércio (fiscalidade, designadamente o foro do chão, a proibição do ópio, contrabando, mercadores), os problemas religiosos (a missão clandestina na China, a repressão contra os católicos chineses, selecção de missionários e evangelização), as relações diplomáticas (entre Macau e os países asiáticos e europeus, nomeadamente a Inglaterra e a sua presença em Macau, circulação de estrangeiros, o envio de embaixadas), a navegação dos mares e utilização de portos (combate à pirataria, embarcações, naufrágios e naufragos, tributos à navegação). São igualmente frequentes os documentos referentes a obras em edificações, quer civis quer militares, e a construção clandestina. Existem referências a Cantão, Manila, Goa, Pequim, Bombaim, Brunei, Coreia, entre muitos outros. São mencionadas entre outras mercadorias o açúcar, o algodão, o arroz, o chá, o enxofre, o ópio, o rapé, o sal e o salitre.

Joana Braga

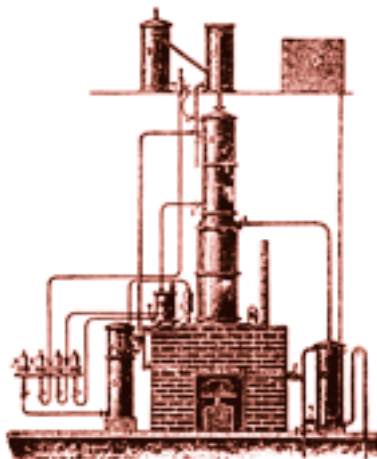
Técnica superior de arquivo

Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria ■

O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria teve a sua criação por Decreto de 30 de Agosto de 1852, cabendo-lhe todos os domínios de acção e assuntos da Repartição de Obras Públicas, até aí sob a alçada do Ministério do Reino.

Após sucessivas remodelações ao longo da segunda metade do século XIX e na primeira década do XX, a designação de Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria foi alterada pelo Decreto de 8 de Outubro de 1910, passando a denominar-se Ministério do Fomento, apesar de manter a orgânica anterior.

Podemos encontrar neste fundo documental os mais variados assuntos, nomeadamente questões relativas a obras públicas, comércio, indústria e agricultura, minas, trabalhos geodésicos e topográficos. Em relação à documentação pertencente à Direcção-Geral de Agricultura e posteriormente à



Repartição de Serviços Agronómicos podemos encontrar referências, entre outros, aos seguintes temas e instituições: inquéritos agrícolas, oficinas agrícolas, seguros de propriedades, Carta Agrícola, Estações de Fomento Agrícola, Laboratórios Químico Agrícolas, Estações Químico Agrícolas, Comissão Geral da Cultura do Tabaco no Douro.

Em relação à documentação das Escolas Industriais e de Desenho

Industrial, podemos encontrar entre outros os seguintes assuntos: comunicações de serviço, relatórios, inventários de material, mapas de matrículas e exames, processos de pessoal, regulamentos e compêndios escolares.

A documentação do Ministério inclui igualmente processos de construção e conservação de obras, pertencentes respectivamente à Inspeção de Obras do Distrito de Lisboa, e posteriormente à Direcção de Obras do Distrito de Lisboa. Esta documentação encontra-se distribuída por edifícios públicos, estradas reais, estradas distritais, obras municipais e obras hidráulicas. Possui um inventário provisório na Sala de Referência (L 660) e inventários das Escolas Industriais (L 662) e da Inspeção das Obras Públicas (L 661).

Paulo Tremoceiro

Técnico Superior de Arquivo

Associação dos Amigos da Torre do Tombo ■

No dia 11 de Março deste ano de 2004 foi assinado um protocolo de colaboração entre o IAN/TT e a recém-criada Associação dos Amigos da Torre do Tombo

Há vários anos que frequentadores assíduos da Torre do Tombo se desejavam organizar em associação, para desenvolverem trabalho em prol desta Instituição e da Cultura Portuguesa, apoiando as iniciativas e até o funcionamento corrente do IAN/TT, quer com meios humanos quer financeiros, contando para o efeito com o apoio dos associados e de empresas.

A AATT tem por principal objectivo a divulgação do gosto pela História e pela investigação do património cultural guardado no Arquivo, propondo-se cooperar com

o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e apoiá-lo na realização e divulgação dos seus objectivos culturais. Propõe-se, além disso, realizar um programa anual de iniciativas a levar a efeito no âmbito dos fundos documentais do Arquivo, apoiar a edição de trabalhos de investigação que os utilizem como fonte, contribuir para o melhor conhecimento e para a valorização do seu acervo e dar apoio a investigadores que desenvolvam a sua actividade no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Promoverá a publicação de estudos efectuados na Torre do Tombo, apoiará os investigadores de fora de Lisboa e dará voz aos interesses dos sócios enquanto leitores e utentes do

Arquivo, sempre com vista às melhores condições para a investigação.

Orgãos Sociais:

Direcção: Lourenço Correia de Matos, presidente; Dr. Marcos Soromenho Santos, vice-presidente; Dr. Pedro da Costa de Sousa de Macedo, Prof. Doutor António de Bivar Weinholtz e Dr. Miguel Corte-Real, vogais; Luís Amaral, secretário-geral.

Assembleia Geral: Dr. João Caiado Guerreiro, presidente; Eng. Duarte Bruschy, vice-presidente; Marta Champalimaud Soromenho Santos, secretário.

Conselho Fiscal: Dr. Pedro Sameiro, presidente; Dr. José Krohn da Silva e Arq. Jorge Brito e Abreu, vogais. ■

Palestra ■

A Direcção do IAN/TT promoveu, no dia 4 de Fevereiro, a realização de uma palestra sobre “Controlo Integrado de Pragas” proferida pelo Prof. Stephan Schafer.

Perante uma audiência diversificada, abrangendo técnicos de várias instituições que albergam colecções patrimoniais, nomeadamente arquivos, bibliotecas e museus, professores e alunos da área da conservação e restauro, o orador abordou os seguintes temas: Controle Integrado de Pragas; Conservação preventiva; desinfestação atóxica de acervos museológicos e arquivísticos. ■



FOTO: JOSÉ ANTÓNIO SILVA

Visitas ao IAN/TT ■

No âmbito das actividades culturais as visitas de estudo guiadas ao IAN/TT são um elemento importante e fundamental para a divulgação da nossa instituição. No primeiro trimestre de 2004 o Gabinete de Leitura Pública da DCRE realizou 35 visitas para um total de 1630 visitantes. ■



Arquivo da Inspeção aos Organismos Corporativos ■

Na sequência do Protocolo existente entre o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e o Departamento de Estudos Prospectiva e Planeamento do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, teve lugar no passado dia 7 de Março a incorporação da documentação proveniente do fundo da Inspeção aos Organismos Corporativos, pertencente ao ex-Ministério das Corporações e Previdência Social.

A documentação, datada de 1946 a 1976, é constituída por copiadore de correspondência, Ordens de Serviço, Circulares e por processos referentes a: Sindicatos; Federações das Casas do Povo; Junta Central das Casas do Povo; Grémios Nacionais Distritais e Regionais; Grémios da Lavoura, Comércio e Indústria; Corporações da Indústria. ■

Legislação ■

Portarias de Gestão de Documentos publicadas no Diário da República:

- Portaria n.º 1210/2003, de 15 de Outubro – Instituto do Emprego e Formação Profissional (revisão da Portaria n.º 1185/97 de 20 de Novembro).
- Portaria n.º 131/2004, de 9 de Fevereiro – Comissão Nacional da UNESCO.
- Portaria n.º 235/2004, de 3 de Março – Centro Nacional de Protecção de Riscos Profissionais.
- Portaria n.º 321/2004, de 19 de Março – Inspeção-Geral da Administração Interna. ■

Protocolo IAN/TT – FLAD ■

De acordo com o protocolo celebrado com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), para atribuição de Bolsas de investigação a investigadores oriundos dos EUA, foram seleccionados, em 2004, os seis candidatos seguintes:

- **George Bryan Souza**
(*University of Texas*)
Tema: «Re-emergent and resurgent: the port of Lisbon as an entreport for Asian commodities – 1750 to 1825»
- **Michael J. Ferreira**
(*Miami University*)
Tema: «A manual of manuscript transcription for the Dictionary of the old Portuguese Language»
- **Monique Marie Vallence**
(*University of California, Santa Barbara*) Tema: «The life of D. Luísa de Gusmão: 1613-1666»
- **Michael Finley** (*University of California, Santa Barbara*)
Tema: «The influence of the movement Mocidade Portuguesa on Secondary Education in colonial Angola»
- **Sara Tilghman Nalle** (*The William Paterson University*)
Tema: «Family identity among the conversos of Early Modern Iberia»
- **José M. Valente** (*University of California, Santa Barbara*)
Tema: «Os judeus em Portugal no século XIV». ■

Visitas Oficiais ■

Decorreu no passado dia 27 de Janeiro a visita oficial da Senhora de Vladimir Spilda, esposa do Senhor Primeiro Ministro da República Checa.

No âmbito do programa deste evento constou a visita às instalações do IAN/TT, assim como à Exposição “Em Nome do Espírito Santo – a História de um Culto”. ■

No passado dia 17 de Fevereiro teve lugar a visita oficial de Sua Excelência a Senhora Primeiro-Ministro da República de São Tomé e Príncipe, Dr.^a Maria das Neves, acompanhada por vários membros do seu Gabinete.

Como habitualmente, procedeu-se a uma mostra documental sobre as relações Portugal – São Tomé e Príncipe da qual constaram importantes documentos do IAN/TT, tais como o Atlas de Fernão Vaz Dourado, o Livro das Ilhas da Leitura Nova, Livros da Chancelarias Régias e ainda documentos referentes ao fundo das Gavetas da Torre do Tombo e ao Corpo Cronológico. ■



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA